Sintufrj
FASUBRA CUT
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Foto: Niko Júnior

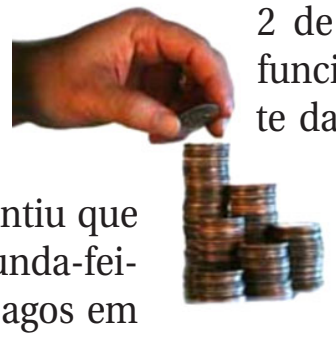
Estudantes acampam

O salão nobre do Consuni foi ocupado na terça-feira, dia 17, por estudantes da Escola de Belas Artes, com seus quadros, aquarelas, pincéis e cavaletes. Reclamam de infiltrações, fungos e do ambiente insalubre no prédio da escola.

Página 7

Reitoria corrige erros na folha de pagamento

A Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4) informou que ocorreram alguns erros no lançamento, na folha de pagamento, dos novos valores decorrentes do enquadramento. Mas garantiu que eles estariam sanados até esta segunda-feira. Os salários de maio, que serão pagos em 2 de junho, já chegarão às mãos dos funcionários com o reajuste decorrente da nova tabela. Os valores referentes ao retroativo (1º de março) serão pagos nos salários de junho que serão depositados no início de julho.



Página 3

Reitoria vai recorrer de decisão que beneficia ex-diretor da Faculdade de Direito
– *Página 6* –

Marcha de sem-terra ocupa Brasília

Foto: ABr

Trabalhadores rurais venceram 200 km a pé, chegaram à capital federal e foram recebidos por Lula. O governo anunciou uma série de medidas e reafirmou o compromisso de assentar 400 mil famílias até o fim do atual mandato.

Página 8

Caderno de teses

Congresso

Publicamos caderno com teses para o encontro.

Recursos

Pró-reitor disse que situação é séria na UFRJ.

Página 5

Saúde

Encontro Nacional de Perícia Médica é realizado na UFRJ.

Página 6

Curso

Começam hoje as inscrições para o Curso de Cidadania.

Página 2

Assembléia

Veja as deliberações da assembléia geral do dia 17.

Página 4

Começam hoje as inscrições para o Curso de Cidadania

As pré-inscrições para o Curso de Cidadania abrem hoje e se estendem até terça-feira, dia 31. Elas podem ser feitas na sede e nas subsedes do SINTUFRJ (veja abaixo). O curso está sendo organizado pelo SINTUFRJ por meio da Coordenação de Educação, Cultura e Formação e pela Coordenação de Extensão do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. O público-alvo são os técnico-administrativos. O curso será realizado nos dias 14, 15 e 16 de junho, das 14h às 18h, e são 35 vagas para a turma do Fundão e 25 para a turma da Praia Vermelha. A metodologia do curso buscará a participação ativa dos alunos nos trabalhos de grupo e nas plenárias, permitindo uma reflexão aprofundada dos assuntos tratados. Será concedido certificado ao aluno que tiver 100% de presença.

Locais do Curso:
Fundão – Auditório Hélio Fraga – 2º andar – Bloco K do CCS
Praia Vermelha – Auditório do 2º andar da Decania do CFCH
Equipe de professores:
Profª Maria Lídia (Coordenadora de Extensão do CFCH)
Profª Ilma Resende (Escola de Serviço Social)
Fortunato Mauro (Faculdade de Medicina)
Valéria Soares Baptista (Editora da UFRJ - FCC)
Período de pré-inscrição:
23 a 31 de maio de 2005
Local para pré-inscrição:
Sede do SINTUFRJ – Ilha do Fundão, das 9h às 17h
Subsede – Praia Vermelha, das 9h às 13h e das 14h às 16h

PROGRAMA DO CURSO:

Dia 14/6
1 – Origem do sentido de cidadania
– Surgimento histórico do estado de direito
2 – Estudo em grupo
3 – Plenária dos estudos

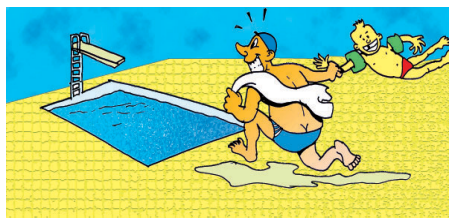
Dia 15/6
1 – Constituição de conceitos em torno da Cidadania
– perspectiva liberal
– concepção crítica a esta perspectiva
2 – Filme *Ilha das Flores*
3 – Reflexões a partir do filme

Dia 16/6
1 – Lutas sociais e constituição de direitos sociais
– Espaços organizativos, associação de moradores, sindicatos, MST etc.
2 – A Constituição de 1988 – avanços e limites
3 – Trabalho em grupo – jornais e fotos
4 – Plenária
5 – Avaliação e encerramento

Observações:
– O SINTUFRJ **solicitará** o abono de falta no período do curso.
– Será concedido certificado ao aluno que tiver 100% de presença.
– O **SINTUFRJ e a Coordenação de Extensão analisarão e definirão critérios de seleção,** caso haja mais candidatos do que vagas.

Sede Campestre

O sindicalizado que tiver interesse em conhecer o sítio no Vale das Pedrinhas, em Guapimirim, que está sendo examinado pelo Sindicato para a instalação da sede campestre da entidade, terá oportunidade. Às 9h30 da terça-feira, 31 de maio, partirá da sede do SINDICATO um ônibus com lotação para 45 pessoas para visitar o sítio. As inscrições poderão ser feitas na secretaria do SINTUFRJ. Estarão asseguradas vagas para as 45 primeiras inscrições.



Reitor da São Carlos assume a Andifes

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) elegeu no dia 15 de maio sua nova direção. O presidente da entidade agora é o reitor da Universidade Federal de São Carlos, Oswaldo Baptista Duarte Filho, o vice, o reitor Paulo Speller, da Universidade Federal de Mato Grosso. Eles cumpriram mandato de um ano.

Este é o 15º reitor a ocupar o cargo de presidente da Andifes, que este mês completa 16 anos de existência, reunindo 55 instituições. Oswaldo Baptista defende a reforma universitária do governo, mas como outros reitores, aponta a necessidade de algumas alterações no projeto, principalmente na parte que trata do financiamento das Ifes.

Aposentados

Aposentados elegem delegados

Os aposentados vão escolher os delegados que vão representar o segmento no 8º Congresso do SINTUFRJ na reunião marcada para 14 de junho.

Reunião - 14 de junho, às 10h
Local: Salão Nobre do CT
Pauta: Informes e tirada de delegados para o Congresso do SINTUFRJ

Atenção Excursão

A excursão ao Sítio Mônica e Márcia foi transferida para o Sítio Jonasake, no mesmo dia e horário. A transferência de local foi feita para melhor atender os excursionistas. Qualquer dúvida deve ser sanada com a Secretaria do SINDICATO onde também estarão sendo feitas as inscrições. Os telefones são 2270-3348/2290-2484/2560-8615, ramal 2.
Data da excursão: 18 de junho
Horário de saída do Sindicato: 7h30
Quem chegar após o horário perderá o passeio. Seremos rigorosos com o horário para melhor aproveitarmos o dia.

Missa de 7º Dia

A missa de 7º dia em memória do funcionário Jair Anderson, da Escola Politécnica, será realizada nesta segunda-feira, dia 23, às 12h, na Igreja da Vila Residencial.

JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ
Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ
Cx Postal 68030 - Cep 21944-970 - CGC:42126300/0001-61

Coordenação de Comunicação Sindical: Antonio Gutemberg Alves do Traco, Neuza Luzia e Gerusa Rodrigues / **Conselho Editorial:** Coordenação Geral e Coordenação de Comunicação / **Edição:** L.C. Maranhão / **Reportagem**: Ana de Angelis, Lili Amaral e Regina Rocha. **Estagiária:** Renata Souza / **Projeto Gráfico:** Luís Fernando Couto / **Diagramação**: Caio Souto e Jamil Malafaia / **Assistente de Produção:** Jamil Malafaia / **Ilustração:** André Amaral / **Fotografia:** Niko Júnior / **Revisão:** Roberto Azul / **Tiragem**: 11 mil exemplares / As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Sindical / **Correspondência:** aos cuidados da Coordenação de Comunicação. **Fax:** 21 2260-9343. Tels: 2560-8615/2590-7209 ramais 214 e 215.

Reajuste no contracheque

Reitoria garantiu que os erros na folha de pagamento estão sendo corrigidos

O próximo contracheque já chegará às mãos dos funcionários com os novos valores da nova tabela resultante da implantação da primeira etapa do plano de carreira. Os salários de maio serão pagos em 2 de junho e o reajuste nos salários envolve um universo de 150.000 servidores técnico-administrativos das instituições federais de ensino que optaram pelo plano. Segundo os números do Ministério da Educação, 151.192 funcionários optaram pelo plano entre 155. 289 servidores. Na UFRJ, a adesão foi de 95,37%. Os valores retroativos a março (quando o plano começou a vigorar) e abril serão pagos com os salários de junho que serão depositados no início de julho. A folha com os salários de maio foi fechada na semana passada. O reajuste se deve à incorporação de gratificações e ao enquadramento por tempo de serviço público federal. A segunda etapa será em janeiro de 2006, quando será implantada a nova tabela de vencimento básico, com aumento na diferença de padrões de vencimento.

PR-4: Erros serão corrigidos

● A Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4) informou que ocorreram alguns erros no lançamento da folha de pagamento com os novos valores, fruto do novo enquadramento. Mas os erros começaram a ser sanados imediatamente após anunciados, e a perspectiva da PR-4 era de que até esta segunda-feira estivessem sanados.

● Segundo a coordenadora-adjunta da Comissão de Enquadramento, Maria Teresa Ramos, Teca, foram detectados casos em que servidores não tinham sido enquadrados ou estavam em posição abaixo da que deveriam. "A gente está acertando a situação. Não conseguimos descobrir o motivo. Foi para o MEC certo, mas um ministério atribuía ao outro a responsabilidade. Conseguimos identificar todos os casos errados – que somam 1.019 pessoas – e estamos fazendo a correção à mão", contou.

● Segundo Teca, o erro não partiu da UFRJ. O enquadramento da portaria está correto. Foi na hora de importar para o Siape, o sistema não estava plenamente adaptado. Não estavam incidindo, por exemplo, sobre a parcela complementar os percentuais como insalubridade e periculosidade. Segundo a coordenadora-adjunta, as correções seriam enviadas ainda na sexta-feira, dia 20

● Mas ela alerta que um item não foi possível corrigir: os valores referentes aos artigos 184 e 192 (vantagens dos aposentados) sairão com o mesmo valor da folha de abril porque o Siape não conseguiu se adaptar para comandar a mudança no sistema. A diferença, então, virá no salário de junho, com os atrasados do enquadramento (que é retroativo a 1º de março).

● O NCE já começa a calcular os atrasados da UFRJ, e o MEC informou que se o cálculo estiver pronto poderá sair mesmo na próxima folha.

Recursos

Muitos recursos chegaram à Comissão de Enquadramento, a maioria pedindo revisão da contagem de tempo de serviço. O prazo se encerrou no dia 20 de maio. A comissão terá 60 dias para analisar estes recursos. Se o servidor não se julgar contemplado, pode pedir recurso ao Conselho Universitário.

Porque não saiu antes

Um comunicado do Ministério do Planejamento na sexta-feira, dia 13, informou que o ministério não havia calculado os atrasados do enquadramento e as instituições que tivessem condições poderiam fazer o cálculo e lançar no sistema até o dia 20. No entanto, segundo a PR-4, o cálculo é demorado, e o lançamento dos atrasados de dois meses de 14 mil servidores tem de ser feito nome a nome. Além disso, foi dada prioridade à correção dos erros no enquadramento para que o pagamento deste mês saísse correto. Algumas universidades estarão pagando os atrasados por terem universo menor de servidores

NES

Sindicato aguarda manifestação do Reitor

Após algumas reuniões em Brasilia, onde o MEC e MPOG participaram, a situação dos NES parou na Reitoria da UFRJ. Em função disto, o SINTUFRJ entregou dois oficios no dia 10 de maio ao Reitor da UFRJ, professor Aloisio Teixeira. No primeiro, solicita um pocisionamento da universidade sobre a situação dos NES (Natureza Especial) frente ao enquadramento no novo plano de carreira e, no segundo, a efeitivação do pagamento da gratificação GEAT, que está sendo incorporada pela nova carreira e não foi, até hoje, implementada. O SINTUFRJ espera ter esta semana a resposta sobre estas questões e estará convocando os trabalhadores NES para uma reunião, no próximo jornal.

Assembléia discute campanha

Reunião também discutiu Congresso e prorrogou o mandato da representação dos funcionários no Consuni

A assembléia geral do dia 17 de maio, no auditório do Quinhentão(CCS), deliberou sobre vários assuntos de interesse da categoria. O Dia Nacional de Paralisação dos servidores públicos federais, realizado no dia 18, serviu para um debate mais analítico sobre o movimento dos servidores. Os servidores da UFRJ decidiram não paralisar suas atividades e participar do ato que foi realizado na Cinelândia, no fim da tarde do dia 18, para marcar o dia de paralisação (veja noticiário abaixo).

Na assembléia foi levantada a necessidade de se aferir o nível de mobilização do funcionalismo, para assim tratar mais adiante de uma campanha realmente forte. Sobre o indicativo de greve definido na plenária dos servidores públicos federais, os funcionários da UFRJ querem discutir com mais profundidade. A avaliação sobre o indicativo será feita no decorrer do processo de negociação com o governo. Na sexta-feira, dia 20, e no sábado, dia 21, foram realizados as plenárias da Fasubra e no domingo, 22, a plenária dos SPFs. Nos dias 23 e 24 a delegação participará do seminário da CUT sobre DPC.

Plebiscito – Na assembléia, outro item de pauta tratado foi o plebiscito sobre o critério de composição da diretoria. Decidiu-se fazer a discussão no Congresso do SINTUFRJ. Apesar de o último Congresso definir uma consulta à categoria sobre a composição da diretoria: a manutenção do critério majoritário ou a mudança para o critério proporcional, antecedendo o 8º Congresso, foi consenso na assembléia de que era preciso mais tempo para apresentar a questão à categoria, além do que não haveria tempo hábil para se montar a infra-estrutura necessária para a realização da consulta. O debate será feito então no Congresso, que está marcado para o período de 29 de junho a 1º de julho, no auditório do Quinhentão, no Centro de Ciências da Saúde, na Ilha do Fundão. (mais informações no encarte)

Consuni – A assembléia aprovou também a prorrogação do mandato dos representantes técnico-administrativos no Conselho Universitário por mais um ano. O objetivo é unificar os mandatos dos representantes do CEG, CEPG (mandato de 3 anos) e Consuni, e assim simplificar a logística necessária para a realização das eleições destes representantes.

Delegados – Foram eleitos cinco representantes do SINTUFRJ para participar das plenárias da Fasubra, nos dias 20 e 21, e dos servidores públicos federais no dia 22 de maio. Um representante da diretoria também compõe a delegação. Uma delegação de cinco companheiros, integrantes da comissão de enquadramento da UFRJ, também foi eleita para participar do seminário organizado pelo GT-Carreira da Fasubra sobre a racionalização dos cargos na nova carreira.

Ato na Cinelândia

Um ato público para marcar o Dia Nacional de Paralisação do funcionalismo público foi realizado na Cinelândia. Os trabalhadores exigem que o governo estabeleça um aumento emergencial de 18%, correspondente às perdas com a inflação no período do governo Lula, e crie mecanismos que permitam a recomposição salarial em razão das perdas salariais nos últimos 10 anos. O dia 18 de maio foi definido como o dia nacional de luta dos servidores públicos federais. No palanque armado diante do prédio da Câmara Municipal várias lideranças sindicais fizeram pronunciamento. Depois de sustentar a necessidade de luta e mobilização para arrancar do governo as reivindicações do funcionalismo, a coordenadora-geral do SINTUFRJ, Denise Góes, propôs uma reflexão. "Temos que refletir o porquê de esta praça não estar cheia se o sofrimento imposto pelo arrocho salarial atinge milhares de funcionários públicos. E eu indago: cadê as bandeiras flamejantes da CUT? Nós temos que apostar na nossa capacidade de mobilização e de luta com independência em relação a governos". Várias unidades federais aderiram à paralisação de 24 horas e grande parte de sindicalistas defenderam o indicativo de greve para 2 de junho. Os funcionários do Ministério da Cultura que estão em greve por salários e plano de carreira ajudaram a organizar o ato.

Fotos: Niko Júnior

NA PRAÇA. Durante a manifestação, uma peça foi encenada ironizando o governo federal

No ato foi encenada uma peça teatral que satirizava o governo e mostrava o servidor público vencendo suas reivindicações. Um grupo de estudantes da Uni-Rio mediu a pressão arterial dos manifestantes e transeuntes. Participaram da manifestação os servidores da UFF, UFRJ, Uni-Rio, Banco Central, Ibama, IBGE e Ministério da Cultura.

DENISE, do SINTUFRJ, no ato

UFRJ de cobertor curto

Pró-reitor diz que a situação é séria: “Faltam recursos para material de consumo e bolsas”

Os recursos para as Ifes aumentaram 34%, segundo informou o secretário-executivo do MEC, Fernando Haddad, em debate na UFRJ. No entanto, na UFRJ o orçamento não cobre as despesas sequer do dia-a-dia, a ponto de dificultar o pagamento de bolsas de estudo e material de consumo, como papel e reagentes, por exemplo, e até a conta de fornecimento de água.

Em abril a Reitoria teve que recorrer ao MEC para que este liberasse parte dos recursos extras que a Secretaria de Ensino Superior destinou às Ifes, com os quais garantiu o pagamento de bolsas. Em maio, a situação se repetiu e a UFRJ foi de novo ao MEC.

Semana passada houve um alento: saiu a parte da UFRJ dos recursos conhecidos como a emenda Andifes – a UFRJ recebeu em torno de R$ 2,5 milhões. O pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Joel Teodósio, ainda vai definir como utilizá-los – uma das prioridades, claro, são as bolsas estudantis.

A situação é séria, como reconhece o pró-reitor, sobre a falta de dinheiro para material de consumo e permanente, diárias e passagens, e bolsas. Material de consumo inclui itens como reagente e papel. Material permanente, são equipamentos.

A UFRJ recebe seu orçamento – este ano, o que foi aprovado pelo Congresso para a UFRJ é da ordem de R$ 67 milhões – em quatro parcelas. O governo vai liberando aos poucos, mas esse dinheiro tem destino predefinido.

Tudo que não é pessoal refere-se à Ordem de Custeio e Capital. Mas o governo não previu, no caso da UFRJ, cobertura para itens como material permanente, de consumo, bolsas, passagens e diárias. “A gente está se virando. Dos R$ 25 milhões destinados pela Sesu (da emenda Andifes) à UFRJ pedimos R$ 1,2 milhão adiantados e agora pedimos R$ 2 milhões.”

Para Teodósio, a solução é a instituição ter orçamento global e suficiente. Não chegaram a se configurar como reclamações, mas em reunião do Conselho Superior de Coordenação Executiva, no início de maio, alguns dos conselheiros apontaram problemas que já surgiam nas decanias. “Eu garanto que existe empenho por parte da Sesu”, diz o pró-reitor.

Unidades se viram como podem

Segundo o decano(CCS) João Ferreira, a falta de verbas provoca impacto diverso nas unidades. Algumas estão consumindo a reserva de recursos. Outras, que prestam serviços, se viram com recursos próprios. As menores, como Nutes, NPPN e Nesc – que não vendem serviço e não têm outra fonte de custeio –, a Decania socorre até que acabem também seus recursos. A Decania recebeu este ano, até abril, R$ 9.256 para material de consumo e R$ 8.651 para pagamento de pessoa física. “A única coisa que veio esse ano! Vai ter que vir dinheiro para continuarmos funcionando”, alerta o decano.

Outros recursos

Segundo Teodósio, além dos R$ 2,4 milhões do Banco do Brasil para o projeto do Restaurante Universitário que começa a ser elaborado, também estão liberados R$ 4 milhões do Cenpes para investir no projeto de segurança da UFRJ, em bolsas de graduação, pós e extensão, em atividades de extensão, na modernização da rede de fibras ópticas e na reforma do auditório do Roxinho, no CCMN. “O dinheiro está liberado: R$ 1,2 milhão para segurança”, explicou o pró-reitor.

Foto: Niko Júnior

DINHEIRO ESCASSO. Falta de recursos prejudica a manutenção da infra-estrutura da UFRJ

O projeto do bandejão

Segundo o pró-reitor , o estudo preliminar feito pelo ETU sobre o bandejão– apesar de ter alguns pontos em debate no Conselho Superior de Coordenação Executiva – vai ser encaminhado para o Banco do Brasil. O BB vai executar o projeto básico com acompanhamento da UFRJ.

No CSCE, reunido dia 17, ficou decidido que será feito um estudo de demanda de acordo com o preço, que poderá variar de zero a R$ 5,00 para dimensionar a quantidade de refeições previstas. Pelo projeto está previsto que o restaurante poderá oferecer em torno de três mil refeições por dia, funcionar à noite e servir refeição para outras unidades.

A Reitoria pretendia que o restaurante estivesse pronto ainda no segundo semestre deste ano. Tanto que reservou, no orçamento da UFRJ para 2005, R$1,5 milhão para manutenção do bandejão. Com esse dinheiro poderá subsidiar o preço da refeição. Mas o projeto terá de aguardar mais um pouco.

FACULDADE DE DIREITO

Denúncias contra Armênio

Reitoria recorre de decisão da 19ª Vara Federal que suspendeu investigação na FND

A Reitoria vai recorrer da decisão do juiz da 19ª Vara Federal que anulou a portaria que instituiu a Comissão de Inquérito para apurar denúncias envolvendo a gestão de Armênio Albino da Cruz Filho à frente da Faculdade de Direito. Com a decisão do juiz, Armênio conseguiu a suspensão de tudo o que a Comissão produziu até agora.

Segundo o chefe de gabinete, João Eduardo, apesar das diversas convocações, Armênio não havia apresentado defesa no processo. Como não se manifestou, a Reitoria buscava um defensor dativo para defendê-lo mesmo à revelia, com prevê o RJU. Mas agora tudo está paralisado.

A Reitoria vai solicitar à Procuradoria Regional Federal para que entre com recurso. O procurador Ronaldo Albuquerque informou que vai enviar elementos para embasar a Procuradoria, como a jurisprudência sobre a prorrogação dos trabalhados deste tipo de comissão.

Outra iniciativa que a UFRJ poderá tomar é encaminhar algumas peças do processo para ciência de outras instâncias de controle externo, como a própria Procuradoria Federal e o Ministério Público, pelo menos para ciência. "Ainda que a Universidade possa estar impedida de dar prosseguimento à comissão, tudo isso está sendo considerado, mas a prioridade é o recurso à instância superior", disse o procurador.

Especialistas em direito administrativo público consideram que o fato de uma ação judicial ter neutralizado as ações de uma comissão de inquérito não quer dizer que todo o material levantado durante o período de investigação tenha que ir para o lixo. Em primeiro lugar, dizem, documentos e depoimentos devem ser resguardados até que o recurso seja avaliado. Em segundo, o material levantado pode servir, por exemplo, para instruir o Ministério Público.

SAÚDE DO TRABALHADOR

Encontro discute perícia

Terminou na quinta-feira o I Encontro Nacional de Serviços de Perícia Médica e Saúde Ocupacional dos Servidores Públicos Federais que estava sendo realizado no Centro Tecnológico da UFRJ, desde terça-feira, o qual reuniu representantes de 13 estados e de 30 órgãos. O técnico do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Luiz Roberto Domingues, apresentou aos participantes, maioria médicos e peritos, os projetos piloto de reformulação dessas áreas, que também passarão a ter normas específicas para o servidor, o que não existe hoje. Na abertura dos trabalhos estavam presentes o superintendente da PR-4, Roberto Gambine, e a diretora da Divisão de Saúde do Trabalhador (DVST), Vânia Glória – que também participou das discussões nos dias seguintes.

Segundo Domingues, a implantação do projeto de universalização dos procedimentos de perícia médica e de saúde ocupacional do servidor federal levará em conta a realidade local, mas com padrão nacional. Ele informou que o MPOG já está em conversação com o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) para colocação em rede do histórico médico e de saúde ocupacional de todos os servidores do país. Essa providência gerará um banco de dados com um novo modelo gerencial atualizado. Em caso de transferências, por exemplo, o sistema vai evitar ocorrência de erros, como concessão de adicionais para quem já não faz mais jus ao benefício. A regulamentação desses serviços inclui o assédio moral e deficiência física, assuntos que serão temas dos próximos encontros.

Foto: Niko Júnior

NA UFRJ. Luiz Roberto, do MPOG, apresenta projetos

Saúde suplementar

O encontro também discutiu saúde suplementar, ocasião em que o técnico do MPOG reafirmou que o projeto para implantação de plano de saúde no modelo de autogestão vem sendo debatido entre o governo e os sindicatos, na mesa nacional de negociação permanente. Outro ponto examinado foi o convênio entre a UFRJ e a Fiocruz, para que as duas instituições sejam responsáveis pela avaliação ambiental e de perícia médica dos trabalhadores dos órgãos federais do município do Rio. Se isso ocorrer, algumas medidas serão adotadas de imediato, como a adequação de recursos humanos, incluindo a capacitação de equipes médicas, e até a requisição de funcionários do extinto Inamps e outros por concurso público. Segundo o técnico do MPOG, seria, até mesmo, criada uma carreira específica para esses servidores.

Colsats é incluída na norma

No segundo dia do encontro os participantes foram divididos em grupos de trabalhos, aprofundando as discussões sobre Acidente em Serviço e Licença; Adicionais e Vigilância dos Ambientes de Trabalho; Perícia de Saúde; Benefícios, Readaptação e Reabilitação; e Saúde Suplementar. O coordenador do SINTUFRJ, Huascar da Costa Filho, que participou do encontro por fazer parte do grupo da DVST que analisa o convênio entre a UFRJ e a Fiocruz, expôs como funcionam as Comissões Locais de Saúde do Trabalhador (Colsats), criadas pelo SINDICATO, que, por decisão dos presentes, foram incluídas no artigo 106 da Norma Regulamentadora da Seguridade Social do Servidor Federal.

UFRJ muda vestibular

Provas terão 5 horas de duração e serão realizadas em apenas dois dias

O Conselho de Ensino e Graduação (CEG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em sua sessão ordinária dia 17 de maio, decidiu realizar algumas mudanças no Vestibular 2006. Segundo o presidente da Comissão de Vestibular do CEG, Marcelo Corrêa e Castro, a decisão do Conselho é fruto de uma discussão que vem sendo aprimorada desde 2003 e cujo objetivo principal é o de simplificar o concurso.

"A UFRJ, assim como outras universidades públicas, vem adequando seu concurso a uma realidade mais próxima do candidato. Depois de 15 anos chegamos a uma etapa de especificidade e concentração do conhecimento que era um verdadeiro massacre com o estudante", explica Marcelo. O exame agora será realizado em dois dias e o número de questões foi reduzido. Outra novidade é a mudança no critério para eliminação do candidato. Com relação às provas não específicas, o candidato não poderá tirar zero no somatório das quatro provas.

Número menor de questões

Cada prova terá cinco horas de duração. No primeiro dia serão feitas as quatro disciplinas não-específicas, além de língua portuguesa, literatura e redação. No segundo dia, será a vez das três matérias específicas da carreira escolhida. A redução do número de questões foi feita nas provas não-específicas – cinco para cada matéria. Nas provas específicas não há número fixo de questões por disciplina.

Há 16 anos que a UFRJ adota um vestibular discursivo. No concurso 2005 a Universidade ofereceu 6.384 vagas, e a taxa de inscrição foi de R$ 80. Há isenção de taxa para estudantes carentes, por isso é necessário ficar atento ao edital que está para sair. O valor da taxa do Vestibular 2006 ainda não foi definido.

Pela Internet

Pela primeira vez a UFRJ realizará as inscrições apenas pela Internet. A Comissão de Vestibular irá oferecer computadores em locais previamente selecionados para os estudantes que não tiverem acesso à rede em suas casas. A data das inscrições ainda não foi confirmada. O presidente da Comissão de Vestibular do CEG, Marcelo Corrêa e Castro, afirma que a medida trará mais agilidade e segurança para o processo. "Os dados entrarão direto no sistema. Isso reduz erros e elimina etapas", explica. Marcelo acredita que não haverá dificuldade para o candidato se inscrever, porque, segundo estudos realizados pela Comissão de Vestibular, 80% dos alunos têm acesso à Internet.

Fotos: Niko Júnior

CONCURSO. A organização do vestibular que garante o acesso de estudantes à UFRJ mudou

Seminário para discutir acesso

Outra decisão do CEG foi a realização de um seminário, ainda este ano, com a participação da sociedade civil, entidades ligadas à educação, secretarias de educação, escolas e profissionais da área, tanto do ensino médio quanto do superior, para um debate sobre o modelo de acesso. "O CEG produziu um documento dos mais lúcidos sobre o acesso. A preocupação não é só possibilitar a entrada do estudante na universidade, mas como dar-lhe todas as condições antes, durante e após o acesso ao ensino superior", afirma Marcelo Corrêa.

Na EBA, só reboco cai do céu

O salão nobre do Conselho Universitário foi ocupado na terça-feira, dia 17, por estudantes da Escola de Belas Artes, seus quadros, aquarelas, pincéis e cavaletes. Até os professores transferiram aulas de Pintura para lá. Eles contaram que o Pamplonão (o ateliê de pintura) tornou-se perigoso e insalubre por causa de infiltração, pulgas e ratos, iluminação precária e pedaços de reboco do teto que ameaçam despencar. E prometeram ocupar o lugar até que as obras de recuperação comecem.

Há mais de um ano os estudantes ocuparam o gabinete do reitor exigindo reformas estruturais urgentes na EBA. Somente os banheiros foram reformados, segundo contam. Mas a maioria dos ateliês continua em estado precário. "As aulas acontecem por boa vontade e disposição de estudantes e professores (...). Reconhecemos os esforços da diretoria da EBA, mas não podemos permitir que a burocracia adie mais uma vez as nossas reivindicações", diz o manifesto intitulado "A única coisa que pode cair do céu é o teto do Pamplonão".

PROTESTO. Estudantes da EBA acamparam na Reitoria

Consumo de água vai ser medido

Fernando de Castro Martins, representante da Cedae, apresentou levantamento nas unidades da UFRJ, verificando itens como área, número de banheiros, pessoas circulando por dia, que, segundo relatório do diretor da Divisão de Redes da Prefeitura, Sérgio Rodrigues, fizeram com que a projeção do consumo e valor das contas aumentasse substancialmente.

A Cedae pretende instalar hidrômetros nas redes de abastecimento das unidades e verificar se o consumo registrado no hidrômetro está compatível com a projeção. Nova reunião foi marcada para o dia 25.

Marcha vitoriosa

“Lutar já é um ato de dignidade contra o sacrifício social histórico que é imposto aos pobres no país”, diz Stédile

Trabalhadores rurais sem-terra de 23 estados brasileiros, um contingente de 12 mil pessoas, das quais se destacavam lavradores com mais de 60 anos de idade, tomaram o rumo do Planalto Central e, durante 16 dias, percorreram 200 km (Goiânia–Brasília) construindo mais um momento na luta pela reforma agrária. O MST e os movimentos sociais articulados na Via Campesina Brasil marcharam até a capital do país, protestando e chamando a atenção da sociedade para a grave situação da pobreza e da desigualdade no campo.

O sacrifício vivido por esses milhares de caminhantes estrada a fora, sob sol e chuva, dividindo barracas e fugindo de cobras, não é maior, segundo o líder do MST, João Pedro Stédile, que esperar a vida toda, parados, imobilizados pela pobreza e a ignorância. O Movimento dos Sem Terra foi cobrar do governo Lula o cumprimento do acordo de 2003, quando ele se comprometeu a assentar 430 mil famílias nos meses que restam do seu mandato.

Decepção na capital

Enquanto populares, trabalhadores urbanos de diversas categorias e estudantes recebiam emocionados na terça-feira, 17, em Brasília, os bravos caminhantes, a PM do Distrito Federal colocou nas ruas 1.200 homens para “conter os baderneiros”. E os atos de violência ocorridos no dia seguinte, quando os trabalhadores rurais saíram do estádio Mané Garrincha para realizar a marcha pelas ruas da capital brasiliense, culminando com ato político em vários pontos do Planalto, já eram até previsíveis. Saldo da truculência policial: 15 feridos.

“Essa ação da PM descaracterizou uma manifestação que há 15 dias se destacava por sua organização. Desde a saída em Goiânia até a chegada em Brasília, nenhuma ocorrência foi registrada”, disse o MST. A polícia assustou os trabalhadores rurais ao invadir com uma vaitura o ato que acotencia em frente ao Ministério da Fazenda.

Fotos: ABr

NO PLANALTO. Milhares de sem-terra no ato que encerrou a marcha inciada em Goiânia

Latifúndio opressor

A concentração de terras nas mãos dos grandes latifundiários, capitalistas que dominam o mercado dos agronegócios, é enorme. Os estabelecimentos agrícolas com mais de mil hectares representam 1% do total e acumulam 45% (178 milhões de hectares) da área ocupada no país. Destas, mais de 80 milhões de hectares estão improdutivos ou abandonados, enquanto mais de um milhão de famílias vivem em áreas menores de 10 hectares (5 milhões de hectares).

Enquanto essa realidade perdura, a luta pela terra no Brasil continua matando trabalhadores rurais, religiosos e lideranças sindicais. Uma das maiores chacinas de camponeses ocorridas foi a de 17 de abril de 1996, no Pará. Nesse dia, dois pelotões da Polícia Militar, com duzentos soldados cada, recebeu ordens para cercar um acampamento de sem-terra, em Eldorado de Carajás. Resultado: 19 trabalhadores foram assassinados.

Governo anuncia medidas para o campo

“O que precisa ser feito para mudar a vida do povo brasileiro” é o título do documento contendo 16 reivindicações entregue ao presidente Lula. Mas o governo já estava com um pacote de medidas pronto para apresentar aos trabalhadores rurais, que foi anunciado pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto. São elas:

• Assentar 115 mil famílias em 2005 e 400 mil no mandato inteiro (até 2006). Prioridade para as 120 mil famílias acampadas.

• Para garantir recursos para cumprimento dessas metas, o ministro informou que será enviado ao Congresso projeto de lei de suplementação orçamentária até 31 de maio, mas não foi fixado o valor.

COM O PRESIDENTE. Lula recebeu dirigentes do movimento

• Atualização dos índices de produtividade da terra. Os índices em vigor que determinam qual deve ser a produção mínima pelo agricultor para que a terra seja considerada produtiva é de 1975.

• Reestruturação do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). O Ministério do Planejamento autorizou a contratação de 137 servidores aprovados em concurso e também a realização de um novo concurso, ainda este ano, para 1.300 vagas.

• O governo também prometeu descontingenciar os recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e facilitar o acesso ao crédito para os assentados. E o envio de uma cesta básica mensal para cada uma das 120 mil famílias acampadas no país.